

O PISO DO MAGISTÉRIO

Evelyn Levy
CONSAD/CONSEPLAN/CONFAZ
Brasília – Novembro 2015

+ O Que é o Piso do Magistério

- valor mínimo que os professores em início de carreira devem receber.
- formação em magistério em nível médio (ou antigo curso normal)
- carga horária de trabalho de 40h
- educação infantil, ensino fundamental e ensino médio

Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008,

professores devem passar no máximo dois terços ($2/3$) da carga horária em sala de aula, e no mínimo um terço ($1/3$) da jornada de trabalho deve ser destinado às chamadas atividades extraclasse

+ Como é calculado

- O valor do piso salarial nacional do magistério é calculado com base na comparação da **previsão do valor aluno-ano** do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb dos dois últimos exercícios. O valor aluno-ano é o valor que o governo federal repassa no ano aos municípios e estados por cada matrícula de aluno na Educação Básica... (o que é feito pelo Censo Escolar da Educação Básica); e com o Tesouro Nacional fica a responsabilidade de estimar as receitas da União e dos Estados que compõem o fundo; além de definir o índice de reajuste

+ Complementação da União

- Previsto, no limite do disposto no inciso VI do caput do art. 60 do ADCT e em regulamento
- Até agora o regulamento previsto na Lei não foi acordado.
- De 2009 a 2014, não houve complementação da União para integralização do pagamento do piso dos professores.
- A União retém esses 10% da complementação ao Fundeb durante o ano e os repassa pela matrícula no início do ano seguinte.”

+ PL – 3776/2008

- Continua tramitando

- **PROPÕE A CORREÇÃO DO PISO PELO INPC**

+ Conforme Mariza Abreu , CMN

Ano	INPC acumulado do ano anterior	% de reajuste do piso nacional do magistério segundo critério vigente
2010	4,11%	7,86%
2011	6,47%	15,84%
2012	6,08%	22,22%
2013	6,20%	7,97%
2014	5,56%	8,32%
2015	6,23%	13,01%
Acumulado 2010/2015	34,65%	75,22%

Entre 2010 e 2015:

- ✓ piso do magistério reajustado em 75,22%
- ✓ INPC acumulado no mesmo período de 34,65%
- ✓ portanto, ganho real do piso de 47,9%
- ✓ no mesmo período, salário mínimo reajustado em 24,1%

+ Pesquisa CONSAD

Esse Estado paga o piso nacional do magistério equivalente a R\$ 1.917,78 para 40 horas semanais, proporcionalmente à carga horária praticada no Estado?

SIM	ES, GO, MA, MG, PB, PR, RJ, RN, SC, SP, TO
------------	---

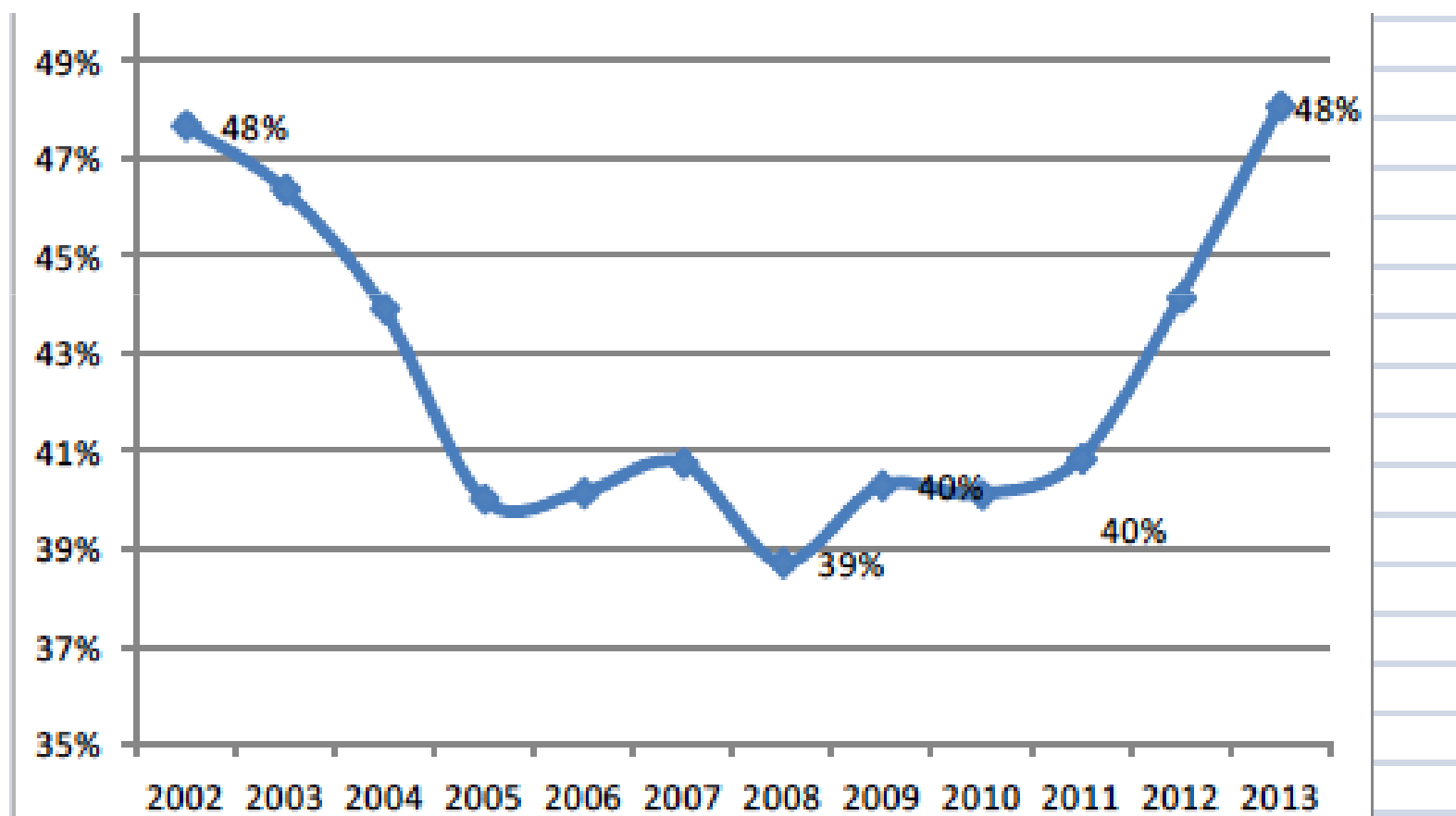
NÃO	BA, CE, PA, PE
------------	-----------------------

+ Balanço dos estados e capitais

NEM TODOS CUMPREM A LEI

	Estados + DF	Capitais
Cumprem integralmente (Piso + Hora Atividade)	14 (52%)	08 (33%)
Pagam o Piso e não cumprem Hora Atividade	05 (19%)	12 (45%)
Cumprem a Hora Atividade e não pagam o Piso	02 (7%)	03 (11%)
Não cumprem (nem Piso nem Hora Atividade)	06 (22%)	03 (11%)

+ Despesa de pessoal/RCL




+ Visão do CONSED

■ DIFICULDADES

- Forte impacto orçamentário do cumprimento de 1/3 de hora-atividade;
- Impacto sobre a folha de inativos;
- Planos de carreira não ajustados;
- Problemas de gestão dos sistemas;
- Lei do Piso/Lei de Responsabilidade Fiscal;
- Limites da complementação do Piso;
- Forma de correção do Piso pelo Valor Aluno Ano (VAA).
- (Deschamps, CONSED, 2012)

+ A visão da SASE



Planejando a Próxima Década
Alinhando os Planos de Educação

AS PRINCIPAIS DIFICULDADES DA LEI

- índice de reajuste baseado no VAA
- reajuste em janeiro, baseado em projeção de receita
- planos de carreiras inadequados
- Lei de Responsabilidade Fiscal
- dificuldades na complementação
- baixa arrecadação/necessidade de expansão (EC 59/09 e Metas PNE)

Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino - SASE

Ministério da Educação

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA

+ A visão da SASE

OUTROS PROBLEMAS QUE AFETAM O CUMPRIMENTO DA LEI

- **Baixa relação professor/aluno;**
- **Desvios de função e absenteísmo;**
- **Gratificações sem justificativa;**
- **Permanência de professores na escola com tempo para aposentadoria.**

+ MUDANÇAS NA FÓRMULA DE CÁLCULO

- **CNTE/Frente Parlamentar/Campanha:**
INPC + 50% do crescimento nacional nominal do FUNDEB
- **GOVERNADORES/Frente Nacional de Prefeitos/UNDIME:**
INPC + 50% do crescimento nacional real do FUNDEB

Ambas propostas: reajuste em maio

+ PROPOSTAS DE ALTERAÇÃO DA LEI

Propostas de alteração da Lei do piso:

PL 3020/2011, do Dep. Nelson Marchezan Jr (PSDB/RS)

PL 3941/2012, da Dep. Professora Dorinha (DEM/TO),
apensado

Substitutivo as relatora, Dep. Fátima Bezerra (PT/RN),
aprovado na CE /CD em 21/11/2013

PL 2502/2015, da Comissão Especial do Pacto Federativo

Propostas de alteração da CF:

PEC 63/2015, do Sen. Cristovam Buarque (PDT/DF)



Projeção do valor do piso nacional do magistério para 2015

Valor do Piso 2014	Lei 11.738/08: cresc. valor aluno/ano Fundeb 2014 em relação a 2013 - Piso 2015		PL 3776/08, do Executivo:		1º critério Intermediário:		2º critério Intermediário:	
			INPC 2014		INPC + 50% da Receita Nominal do FUNDEB		INPC + 50% da Receita Real do FUNDEB	
	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor
1.697,39	13,01%	1.917,78	6,23%	1.803,14	9,59%	1.860,12	6,55%	1.808,55

Obs: INPC de dezembro/2014 - IBGE

CNM defende aprovação do PL 3776/08, do Executivo, porque:

- ✓ é mais viável para as finanças municipais e
- ✓ aumentos reais devem ser negociados pelo governo local e os professores

+ PEC 84/2015

- **proíbe a União de criar despesas aos demais entes federados sem prever a transferência de recursos para o custeio**

+ PROPOSTAS GT CONSAD

- Discutir a definição do piso e a meta a ser alcançada; discutir o critério de reajuste: Inflação? Receitas?
- Discutir as fontes de financiamento:
 - CURTO PRAZO
 - MÉDIO , LONGO PRAZO = PRÉ SAL regulamentar para Educação
- LRF: discutir alternativas de contabilização das despesas com pessoal para fins de apuração dos limites (por exemplo EXCLUIR OS APOSENTADOS COBERTOS PELOS APORTES NOS FUNDOS DE PREVIDÊNCIA DA DESPESA DE PESSOAL
- Flexibilização de metas fiscais; equalizar as metas fiscais (uma lei inviabiliza a outra)

+ PROPOSTAS GT CONSAD

- Contradição entre LDB (nível superior) e lei do piso do magistério (nível médio) poderia dar aumento do piso para nível superior diferente dos 13%
- Calcular a diferença entre aumento com piso e sem piso para pedir recursos do Governo Federal
- 25% - impacto do piso sobre custeio e investimento, proposta governos estaduais pagam inflação e o Governo Federal pagaria o restante; parcela do pré-sal estados utilizam
- Gatilho da LRF
- Utilizar o pré-sal : estimativa das receitas e tempo; antecipação de receitas dos estados
- Moratória: isentar os estados do ônus de qualquer aumento .

+ NÚMERO DE PROFESSORES

- POSSIBILIDADES DE RACIONALIZAÇÃO DA REDE FÍSICA
- NÚMEROS DE ALUNOS POR TURMA
- ABSENTEÍSMO
- PROFESSORES EM FUNÇÕES BUROCRÁTICAS
- JUDUCIALIZAÇÃO
- LEI DE GREVE